Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO
Fortuna de R$ 24,5 bi esquecida nos bancos . . . 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma: foco no consumo . . . 4

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Mudança no Imposto de Renda será tímida . . . 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA
Correio Talks: simplificação do sistema de impostos vai ajudar Brasil a sair da crise . . . 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Estados e capitais lançam "Refis" para engordar receita . . . 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Candidaturas majoritárias tendem a diminuir . . . 10

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Acordo do G-7 é só o primeiro passo da reforma fiscal global . . . 11

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Plano é chance histórica de virar o jogo na taxação das grandes empresas . . . 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Cade aprova 95% dos casos sem restrições e demanda segue alta . . . 13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Redução de risco fiscal derruba juro longo . . . 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Desigualdade em alta . . . 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
ECONOMIA
Bolsonaro recusou vacina a 50% do valor pago por EUA e Europa . . . 18

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA
Entre a euforia e a fome (3) . . . 22

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA
Contingenciamento proibido de fundo paralisa até pesquisa sobre a covid-19 . . . 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Acelerar vacinação salvará vidas e apoiará retomada (3) 26

Fortuna de R$ 24,5 bi esquecida nos bancos

Quantia que aumenta a cada ano, a somatória das cotas do Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e do abono salarial oriundo também de PIS/Pasep já chega a R$ 24,5 bilhões nos bancos. O valor "esquecido" é de direito de cada trabalhador brasileiro, que tem uma determinada fatia desse montante guardada na devida instituição financeira.

Com o dinheiro "parado", é importante que o trabalhador se atente às datas para não perder o direito do saque até nova abertura do calendário para retirada. O abono, mais crítico, termina em 30 de junho deste ano, enquanto as cotas podem ser sacadas até maio de 2025, com mais tempo.

Sobre quem tem o direito ao saque, existem especificidades: as cotas podem ser retiradas por trabalhadores do serviço público entre 1971 e 1988. Caso o beneficiário já tenha falecido, os herdeiros podem fazer o saque, tudo via Caixa Econômica Federal.

Já o abono pode ser sacado por brasileiros que trabalharam pelo menos um mês em 2019 com carteira assinada, que tenham recebido ao menos dois salários mínimos ao mês e que tenha cadastro no PIS/Pasep há, no mínimo, cinco anos. A quantia paga pode ser de até um salário mínimo e varia de pessoa a pessoa, a depender do tempo contratado.

Dos quase R$ 25 bilhões esquecidos nos bancos, R$ 22,8 bilhões são de cotas do fundo PIS/Pasep, já extinto, e repassados ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), R$ 1,2 bilhão são do abono salarial não sacados em outros anos e R$ 448,4 milhões são referentes ao abono salarial do atual calendário, referente ao ano-base 2019

CONSU LTA

Qualquer pessoa pode consultar disponibilidade e, em caso positivo, valores do PIS a partir do site da Caixa (clique aqui para ter acesso). É necessário inserir e-mail, Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Número de Identificação Social (NIS - o número é o mesmo do PIS, e vice-versa), esses últimos que constam na carteira de trabalho, e a senha. Caso tenha esquecido, basta clicar em "esqueci a senha" e proceder com as dicas a serem enviadas no devido e-mail.

Também é possível checar via ligação telefônica (o número a ser discado é 0800 726 0207, com atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h, e aos sábados, de 10h às 16h); por meio do aplicativo para smartphones Caixa Trabalhador; e no próprio caixa eletrônico, com Cartão Cidadão em mãos e senha para consulta e, caso queira, saque.

SITE DO BANCO

Já Pasep pode ser consultado por funcionários públicos no site do Banco do Brasil. Basta digitar o número do Pasep ou CPF e data de nascimento e seguir. Via ligação telefônica, o número a ser discado é 0800 729 00 01. Para mais informações, é prudente acessar bb.com.br/pasep.

Os funcionários públicos podem consultar o Pasep on-line no site do Banco do Brasil. É preciso digitar o número do Pasep ou o CPF e a data de nascimento, marcar a caixa de seleção "Não sou um robô" e clicar em "Confirmar". Assim é possível ter acesso à situação de seu benefício. Mais informações sobre o Pasep podem ser obtidas pelo telefone 0800-729 00 01, do Banco do Brasil, ou no portal bb.com.br/pasep.

Site: https://digital.em.com.br/estadodeminas

Reforma: foco no consumo

» ISRAEL MEDEIROS

É praticamente consenso entre analistas que o elevado grau de complexidade do sistema tributário brasileiro é um dos principais obstáculos ao crescimento mais rápido do país. Para debater os desafios e a necessidade de uma **reforma tributária** ampla, o Correio Braziliense promoverá, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), um evento on-line, com a participação de empresários e especialistas no assunto. O Correio Talks ocorrerá amanhã, a partir das 9h30 e contará com a presença de nomes como Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e um dos autores da PEC nº 45/2019, da **reforma tributária**; o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que presidiu a Comissão Mista da **Reforma Tributária** no Congresso; o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara; e Armando Monteiro, conselheiro emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Quem também participará do seminário é Melina Rocha, especialista em **reforma tributária**. Para ela, a reforma deve começar com a revisão da tributação sobre o consumo, área considerada a mais problemática do sistema atual. O caminho deveria ser a construção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), englobando **tributos** das três esferas de governo (União, estados e municípios): PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI. Tarefa que exige negociação entre as unidades federativas. "Não tenho dúvidas de que, se a gente não fizer **reforma tributária**, teremos muito mais dificuldades para sair da crise e promover um aumento de competitividade", diz a economista.

Melina Rocha é diretora de cursos na York University (Canadá) e doutora pela Université Sorbonne Nouvelle (Paris). Foi consultora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Banco Mundial e no CCiF. Foi professora da FGV Direito-Rio entre 2011 e 2018 e é autora do livro **Reforma Tributária** no Brasil: Ideias, Interesses e Instituições, publicado pela Editora Juruá, em 2015. A seguir, ela aborda algumas das principais questões envolvendo a reforma e criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituiria **tributos** de consumo atuais.

Ambiente de negócios

Não há dúvida de que o sistema tributário atual, no Brasil, é um dos motivos principais do nosso baixo crescimento econômico, e da baixa competitividade internacional do país. Então, é imprescindível que se faça uma **reforma tributária** para melhorar o ambiente de negócios e ajudar a destravar o crescimento econômico. Não tenho dúvidas de que, se a gente não fizer **reforma tributária**, principalmente nesse contexto de tantos problemas econômicos, teremos muito mais dificuldades para sair da crise e promover um aumento de competitividade.

Peso sobre o consumo

A **reforma tributária** deve começar com a revisão da tributação de consumo, porque, hoje, no Brasil, ela é a mais problemática de todas. Mas uma reforma da tributação sobre o consumo envolve uma renegociação das competências federativas por meio de emenda constitucional, algo que é custoso e difícil - diferentemente da tributação sobre a renda, por exemplo, que é de competência exclusiva da União. Para você reformar e implementar um sistema minimamente racional, é preciso uma reorganização dessas competências federativas com relação a esses **tributos**.

Arrecadação fácil

O IVA é um imposto simples de ser arrecadado. Ele é fácil, porque você tem a certeza, a segurança jurídica de que os setores terão a mesma carga tributária. Quando você traz isso, acaba com as discussões em torno de sistemas de tributações diferenciadas para certos setores, enquadramento de certos contribuintes e benefícios fiscais - tornando o sistema

extremamente simples. A implementação de um IVA vai trazer maior segurança jurídica, mais simplicidade e menos contenciosos tributários ao país.

Modelos externos

Nos modelos internacionais de IVA, existem três características principais. A primeira é a base ampla, que tributa toda e qualquer atividade econômica ou empresarial. A segunda e principal, ao meu ver, é a não cumulatividade, permitir um creditamento amplo de tudo o que é utilizado no processo produtivo e empresarial, no meio da cadeia. Ela permite justamente a desoneração total da atividade produtiva, de modo que a carga tributária só recaia ao consumidor final, por isso, é um imposto sobre o consumo. E, por fim, uma arrecadação baseada no destino das mercadorias, isto é, no local em que são consumidas.

Base a seguir

Considerando as três características (base ampla, não cumulatividade e arrecadação no destino), me parece que a CBS apresentada pelo governo (no PL nº 3887/2020) é muito próxima de um modelo IVA. Porque ela quer ter ao menos essas três características, tributando toda e qualquer atividade empresarial. Ela tem um artigo prevendo a não cumulatividade, e me parece que desonera as exportações e onera as importações.

Resistência do governo

O relatório da PEC nº 45, do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), propõe a instituição de um IBS nacional com a união de todos os **tributos** sobre o consumo: federais, estaduais e municipais. Então, é possível criar um IBS nacional em que você possa unir PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. É viável tecnicamente, mas a grande questão é que você tem uma grande resistência do governo federal, em entrar num sistema de imposto compartilhado com estados e municípios.

Plano para ICMS e ISS

Quando você anuncia um IVA, você tem que ter, ao menos, um plano. Você pode até começar pela CBS (que une PIS e Cofins), mas tem que ter um plano do que fazer com ICMS e ISS (**tributos** estadual e municipal). Caso contrário, não é um IVA dual, é só a junção de PIS e Cofins em uma CBS. O IVA dual pressupõe a criação de dois IVAs, um federal e um estadual e municipal.

Adesão dos estados

O ministro Paulo Guedes tem falado sobre a possibilidade de se criar um IVA federal pela CBS e, depois, os estados poderem optar ou não por se juntar a ele. A adesão dos estados, imediatamente, é impossível tecnicamente porque hoje o ICMS é arrecadado em parte na origem. É preciso, primeiro, que se crie um IVA na esfera subnacional que inclua estados e municípios.

Mudança no Imposto de Renda será tímida

BRASÍLIA

Diante das resistências no governo e no Congresso ao imposto sobre transações, o ministro Paulo Guedes decidiu propor uma **reforma tributária** de menor impacto, enxugando medidas que defendia desde o início do governo e promovendo uma redução mais tímida de alíquotas.

No plano visto como ideal pelo ministro, o imposto aos moldes da extinta CPMF podería ser usado para compensar a perda de receita com a redução de outros **tributos**. Sem esse instrumento, auxiliares do ministro afirmam que não será possível, por exemplo, cortar as alíquotas do Imposto de Renda (IR) da pessoa física. A única mudança possível deve ser um aumento da faixa de isenção dos atuais R$ 1.903,98 para um patamar abaixo de R$ 3 mil.

O formato em estudo prevê isenção do imposto para rendas mensais de até R$ 2.500.

Se o plano for concretizado, o governo não cumprirá a promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro de ampliar a isenção para rendas de até R$ 5 mil. Neste ano, o Presidente passou a dizer que trabalharia para que a isenção fosse para R$ 3 mil em 2022.

Segundo auxiliares de Guedes, o governo não deve mexer nas deduções do IR. A medida é defendida pelo ministro sob o argumento de que o mecanismo beneficia faixas de renda mais altas e exclui os mais pobres. Essa alteração impactaria a classe média, que usa gastos médicos e educacionais, por exemplo, como forma de reduzir o imposto a pagai".

O texto ainda não está fechado e pode sofrer alterações. O Ministério da Economia pretende apresentar as propostas ao Congresso nas próximas semanas.

INVESTIMENTOS

A pasta vai propor mudança de tributação sobre investimentos. Aplicações hoje isentas, como LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e LCA (Letra de Crédito do Agronegócio), passarão a ser taxadas.

Alíquotas do IR sobre investimentos em renda fixa devem ser unificadas em 15% -hoje a cobrança varia de 15% a 22,5% a depender do período de aplicação.

Sem o imposto aos moldes da CPMF, o ministro também não conseguirá promover uma ampla desoneração (alívio) da folha de salários. Esse ponto era tratado como primordial por Guedes.

Correio Talks: simplificação do sistema de impostos vai ajudar Brasil a sair da crise

É praticamente consenso entre analistas que o elevado grau de complexidade do sistema tributário brasileiro é um dos principais obstáculos ao crescimento mais rápido do país. Para debater os desafios e a necessidade de uma **reforma tributária** ampla, o Correio Braziliense promoverá, em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), um evento on-line, com a participação de empresários e especialistas no assunto. O Correio Talks ocorrerá amanhã, a partir das 9h30 e contará com a presença de nomes como Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e um dos autores da PEC nº 45/2019, da **reforma tributária**; o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que presidiu a Comissão Mista da **Reforma Tributária** no Congresso; o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara; e Armando Monteiro, conselheiro emérito da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Quem também participará do seminário é Melina Rocha, especialista em **reforma tributária**. Para ela, a reforma deve começar com a revisão da tributação sobre o consumo, área considerada a mais problemática do sistema atual. O caminho deveria ser a construção de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), englobando **tributos** das três esferas de governo (União, estados e municípios): PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI. Tarefa que exige negociação entre as unidades federativas. "Não tenho dúvidas de que, se a gente não fizer **reforma tributária**, teremos muito mais dificuldades para sair da crise e promover um aumento de competitividade", diz a economista.

Melina Rocha é diretora de cursos na York University (Canadá) e doutora pela Université Sorbonne Nouvelle (Paris). Foi consultora no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Banco Mundial e no CCiF. Foi professora da FGV Direito-Rio entre 2011 e 2018 e é autora do livro **Reforma Tributária** no Brasil: Ideias, Interesses e Instituições, publicado pela Editora Juruá, em 2015. A seguir, ela aborda algumas das principais questões envolvendo a reforma e criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituiria **tributos** de consumo atuais.

Ambiente de negócios

Não há dúvida de que o sistema tributário atual, no Brasil, é um dos motivos principais do nosso baixo crescimento econômico, e da baixa competitividade internacional do país. Então, é imprescindível que se faça uma **reforma tributária** para melhorar o ambiente de negócios e ajudar a destravar o crescimento econômico. Não tenho dúvidas de que, se a gente não fizer **reforma tributária**, principalmente nesse contexto de tantos problemas econômicos, teremos muito mais dificuldades para sair da crise e promover um aumento de competitividade.

Peso sobre o consumo

A **reforma tributária** deve começar com a revisão da tributação de consumo, porque, hoje, no Brasil, ela é a mais problemática de todas. Mas uma reforma da tributação sobre o consumo envolve uma renegociação das competências federativas por meio de emenda constitucional, algo que é custoso e difícil - diferentemente da tributação sobre a renda, por exemplo, que é de competência exclusiva da União. Para você reformar e implementar um sistema minimamente racional, é preciso uma reorganização dessas competências federativas com relação a esses **tributos**.

Arrecadação fácil

O IVA é um imposto simples de ser arrecadado. Ele é fácil, porque você tem a certeza, a segurança jurídica de que os setores terão a mesma carga tributária. Quando você traz isso, acaba com as discussões em torno de sistemas de tributações diferenciadas para certos setores, enquadramento de certos contribuintes e benefícios fiscais - tornando o sistema extremamente simples. A implementação de um IVA vai trazer maior segurança jurídica, mais simplicidade e menos contenciosos tributários ao país.

Modelos externos

Nos modelos internacionais de IVA, existem três características principais. A primeira é a base ampla, que tributa toda e qualquer atividade econômica ou empresarial. A segunda e principal, ao meu ver, é a não cumulatividade, permitir um creditamento amplo de tudo o que é utilizado no processo produtivo e empresarial, no meio da cadeia. Ela permite justamente a desoneração total da atividade produtiva, de modo que a carga tributária só recaia ao consumidor final, por isso, é um imposto sobre o consumo. E, por fim, uma arrecadação baseada no

destino das mercadorias, isto é, no local em que são consumidas.

Base a seguir

Considerando as três características (base ampla, não cumulatividade e arrecadação no destino), me parece que a CBS apresentada pelo governo (no PL nº 3887/2020) é muito próxima de um modelo IVA. Porque ela quer ter ao menos essas três características, tributando toda e qualquer atividade empresarial. Ela tem um artigo prevendo a não cumulatividade, e me parece que desonera as exportações e onera as importações.

Resistência do governo

O relatório da PEC nº 45, do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), propõe a instituição de um IBS nacional com a união de todos os **tributos** sobre o consumo: federais, estaduais e municipais. Então, é possível criar um IBS nacional em que você possa unir PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. É viável tecnicamente, mas a grande questão é que você tem uma grande resistência do governo federal, em entrar num sistema de imposto compartilhado com estados e municípios.

Plano para ICMS e ISS

Quando você anuncia um IVA, você tem que ter, ao menos, um plano. Você pode até começar pela CBS (que une PIS e Cofins), mas tem que ter um plano do que fazer com ICMS e ISS (**tributos** estadual e municipal). Caso contrário, não é um IVA dual, é só a junção de PIS e Cofins em uma CBS. O IVA dual pressupõe a criação de dois IVAs, um federal e um estadual e municipal.

Adesão dos estados

O ministro Paulo Guedes tem falado sobre a possibilidade de se criar um IVA federal pela CBS e, depois, os estados poderem optar ou não por se juntar a ele. A adesão dos estados, imediatamente, é impossível tecnicamente porque hoje o ICMS é arrecadado em parte na origem. É preciso, primeiro, que se crie um IVA na esfera subnacional que inclua estados e municípios.

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/06/4929399-correio-talks-simplificacao-do-sistema-de-impostos-vai-ajudar-brasil-a-sair-da-crise.html

Estados e capitais lançam "Refis" para engordar receita

Marta Watanabe

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Candidaturas majoritárias tendem a diminuir

Ricardo Mendonça

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Acordo do G-7 é só o primeiro passo da reforma fiscal global

Chris Gilese Delphine Strauss

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Plano é chance histórica de virar o jogo na taxação das grandes empresas

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Cade aprova 95% dos casos sem restrições e demanda segue alta

Murillo Camarotto, Raquel Brandão e Mônica Scaramuzzo De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Redução de risco fiscal derruba juro longo

Victor Rezende e Felipe Saturnino De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909

Desigualdade em alta

» ROSANA HESSEL

O crescimento de 1,2% no Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre de 2021, divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ficou acima das expectativas do mercado, em torno de 0,7%, mas o dado aparentemente positivo mascara um problema estrutural do país: a desigualdade social crescente. Em meio à pandemia que já matou mais de 470 mil brasileiros, o aumento da pobreza é agravado pelo desemprego recorde e pela **inflação** que não dá trégua e encolhe o poder de compra da população do Brasil - que, para piorar, está de volta ao mapa da fome. Tal cenário vai na contramão das estimativas mais otimistas do mercado, que passou a prever expansão do **PIB** de 5% a 5,5%, logo após os dados do IBGE. Essas taxas, porém, revelam a baixa capacidade de crescimento do país, pois uma fatia de 4,9% é atribuída ao novo cálculo do carregamento estatístico do **PIB** de 2020, ou seja, pura inércia.

Analistas ainda destacam que a recuperação é heterogênea, com o principal motor do crescimento, o consumo, ainda no campo negativo - o que ajudou a produção industrial a encolher 1,3%, em abril, e ficar 1% abaixo do nível pré-crise, de fevereiro de 2020. Além disso, o setor de serviços, o que mais emprega, continua distante do patamar pré-pandemia e só vai conseguir ter uma retomada mais forte no último trimestre do ano, se a promessa do governo de vacinar toda a população for cumprida.

No ano passado, o auxílio emergencial de R$ 600 por mês aos mais vulneráveis e de R$ 1,2 mil para as famílias chefiadas por mulheres acabou mascarando essa realidade e reduzindo, temporariamente, o número de pobres no país - que já voltou a crescer neste ano. Estudo publicado em abril pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/USP), denominado "Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do auxílio emergencial na pobreza e na extrema pobreza", estima aumento de 9 milhões de pessoas em situação de pobreza e insegurança alimentar um ano após o início da pandemia. A pesquisa mostra que, em 2020, a taxa de brasileiros na pobreza caiu de 25%, antes da pandemia, para 20% com o auxílio emergencial de R$ 600. Sem o benefício, em 2021, a taxa de pobreza teria chegado a mais de 30%. A fatia de pessoas na extrema pobreza caiu de cerca de 7%, em 2019, para 3%, no ano passado. "Em 2021, a taxa de pobreza extrema teria passado a mais de 10%. Tratar-se-ia de piora substantiva durante o "apagão" do auxílio emergencial", destaca o economista Pedro Fernando Nery, consultor de economia do Congresso Nacional.

Uma das autoras do estudo do Made/USP, a economista Luísa Cardoso Guedes de Souza, doutora em demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), alerta que "de acordo com o IBGE, o Brasil voltou ao mapa da fome em 2018", com aumento da pobreza maior entre mulheres e negros.

"Calculamos que, em 2019, antes da pandemia, a taxa de extrema pobreza no país era de 6,6%, o que representa 13,9 milhões de pessoas. Já a taxa de pobreza era de 24,8%, afetando 51,9 milhões de brasileiros. Considerando o valor médio de R$ 250 estabelecido para o auxílio emergencial em 2021, vemos que a taxa de extrema pobreza esse ano deverá ser de 9,1% (19,3 milhões de pessoas) e a de pobreza de 28,9% (61,1 milhões de pessoas). Assim, após um ano de pandemia, teremos um acréscimo de aproximadamente 9 milhões de brasileiros em situação de pobreza e insegurança alimentar", afirma.

De acordo com a demógrafa, os beneficiários do auxílio emergencial são as pessoas de baixa renda, em maior situação de vulnerabilidade. "Apesar do aumento do **PIB** no primeiro trimestre de 2021, o consumo das famílias não acompanhou esse crescimento. A escalada recente da **inflação** e, especialmente, o aumento os preços dos alimentos impactam, sobretudo, as famílias mais pobres", destaca. Segundo ela, os resultados mostram que "o auxílio emergencial de 2021 é insuficiente para conter a perda de renda da população" em função da pandemia.

"Considerando que não sabemos se o auxílio será estendido por um período maior de tempo nem como será o ritmo da vacinação até o final do ano, é muito provável que a pobreza não seja mitigada em 2021", acrescenta. Na avaliação de Luísa Cardoso, é bem provável que o empobrecimento da população e o aumento das desigualdades sociais perdurem para além do prazo do recebimento do auxílio emergencial. "Nosso estudo deixa evidente que são as mulheres negras as que mais estão sofrendo com a crise. O aumento da pobreza no Brasil reflete as desigualdades regionais, raciais e de gênero no país. A sobrerrepresentação das mulheres negras na pobreza é uma das consequências da desigualdade de gênero e de raça que sempre estiveram presentes na nossa

sociedade, mesmo antes da pandemia."

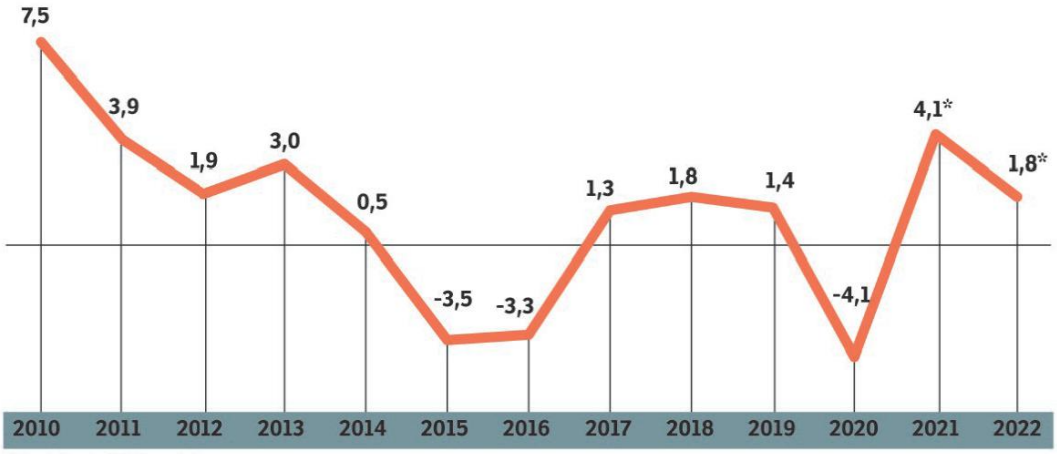
Após um ano de pandemia, teremos um acréscimo de aproximadamente 9 milhões de brasileiros em situação de pobreza e insegurança alimentar" Luísa Cardoso Guedes de Souza,doutora em Demografia pela UFMG

Em 2021, a taxa de pobreza extrema teria passado a mais de 10%. Tratar-se-ia de piora substantiva durante o "apagão" do auxílio emergencial" Pedro Fernando Nery, consultor de economia do Congresso Nacional.

Desafios do crescimento

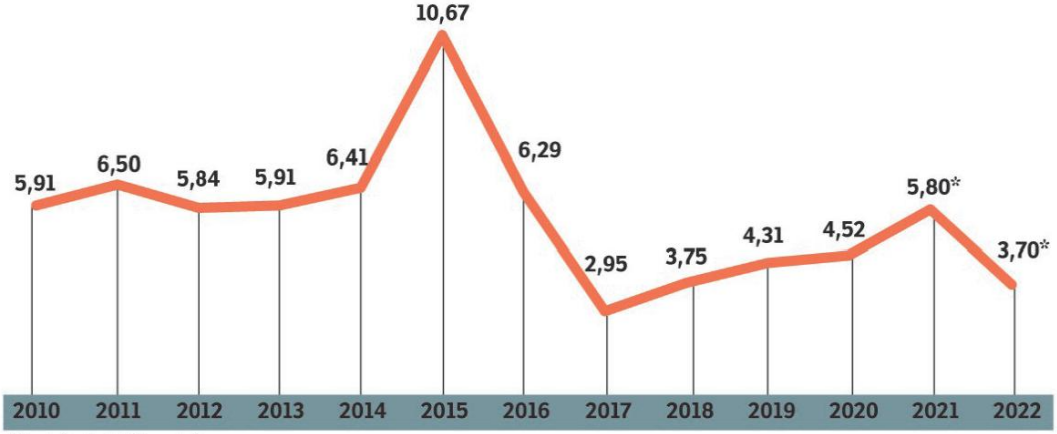
Enquanto a economia volta a crescer, embora gradualmente, e os riscos para a retomada mais robusta aumentam, a inflação acelera e corrói a renda dos brasileiros — que já não encontram emprego e mergulham na pobreza

EVOLUÇÃO DO PIB BRASILEIRO
Variação (em %)



*Previsão da MB Associados

EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO OFICIAL
IPCA em 12 meses (em %)



*Previsão da MB Associados

Bolsonaro recusou vacina a 50% do valor pago por EUA e Europa

Secretário municipal da Saúde do Rio de Janeiro, Daniel Soranz aplica vacina da Pfizer em cidadão Ricardo Moraes - 4.mai.21/Reuters

Fernando Canzian e Natália Cancian

O governo Jair Bolsonaro recusou vacinas da Pfizer no ano passado à metade do preço pago por Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia.

Consideradas caras em agosto de 2020 pelo então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, até 70 milhões de doses da Pfizer poderiam ter sido entregues a partir de dezembro por US$ 10 cada.

A vacinação antecipada teria evitado mortes e os prejuízos bilionários provocados pelo fechamento da economia.

Com um **PIB** (Produto Interno Bruto) total de R$ 7,4 trilhões em 2020, os R$ 30 bilhões agora previstos pelo Ministério da Saúde para a vacinação brasileira correspondem a um dia e meio de um hipotético lockdown nacional -desconsiderando domingos e feriados.

O valor equivale a 10% do auxílio emergencial pago em 2020 e é menos do que os R$ 44 bilhões previstos neste ano para compensar o fechamento da economia.

EUA e Reino Unido já imunizaram cerca de 40% da população com duas doses das várias vacinas adquiridas e têm economias funcionando quase livremente. Ambos pagaram cerca de US$ 20 pelas doses da Pfizer, o dobro do valor recusado pelo Brasil durante vários meses em 2020. Na União Europeia, as doses do laboratório norte-americano custaram US$ 18,60.

No Brasil, com o atraso nos contratos, as primeiras doses da Pfizer chegaram só em abril. Oito meses se passaram entre a primeira oferta e a entrega.

O vice-presidente da CPI da Covid, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), contabilizou 53 emails enviados pela Pfizer ao governo a partir de agosto cobrando resposta sobre a oferta dos 70 milhões de doses.

À CPI, Pazuello qualificou a proposta da Pfizer como "agressiva", apontou entraves em cláusulas do contrato e disse ter considerado muito elevado o preço de US$ 10 por dose -valor acatado meses depois ainda na gestão de Eduardo Pazuello.

Antes das doses da Pfizer, a imunização ocorria com vacinas do Butantan e da AstraZeneca, mas em quantidades baixas. A vacinação brasileira com duas doses limita-se a 11% da população.

Na economia, isso trava principalmente o setor de serviços, responsável por 70% do **PIB** e dos empregos. Nos serviços atuam sobretudo os mais pobres e menos escolarizados, que dependem do trabalho tora de casa para obter renda.

Sem vacina, a ocupação desses trabalhadores caiu até 20% na pandemia, aumentando a desigualdade e a pobreza extrema a níveis de 15 anos atrás.

O colapso nos serviços levou a série histórica de desemprego do IBGE a um recorde: 14,7%, com 14,8 milhões de desocupados.

O Ministério da Saúde diz ter destinado R$ 30 bilhões para a contratação de mais de 660 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 -considerando no cálculo unidades que ainda não encomendou de fato.

Em dólares, portanto, o país está reservando cerca de US$ 9, em média, por dose.

De um modo geral, na comparação internacional feita pela Folha com base nas informações disponíveis, o Brasil está pagando preços compatíveis com a maior parte dos países (veja ao lado). A grande vantagem a favor do Brasil se dá justamente com o imunizante da Pfizer -o primeiro a ter sido oferecido (e ignorado) ao governo Bolsonaro.

Para Paulo Lotufo, epidemiologista e professor da Faculdade de Medicina da USP, o Brasil perdeu "uma chance de ouro de emplacar logo com a Pfizer a preços convenientes".

"A Pfizer percebeu que esta -ria na frente [na corrida das vacinas], mas precisaria muito do Brasil porque seria um local de aplicação imediata, uma vitrine maior do que Israel acabou sendo, com a vantagem de o SUS ser bom pagador e único no país", diz Lotufo.

"Qualquer que fosse o preço da vacina oferecida ao Brasil, valeria a pena. Seja pelo impacto em vidas, pelas colossais perdas de uma economia fechada ou o custo de R$ 1.50c ao dia de um paciente internado em uma UTI Covid", diz Eder Gatti, infectologista especialista em imunização.

Segundo Gatti, nos últimos anos o Ministério da Saúde deixou de realizar estudos para aferir o custo-benefício na compra de vacinas, a exemplo do que fez em 2006 para adquirir imunizantes contra o rotavírus - causador da D DA (doença diarreica aguda) e da gastroenterite aguda. Gatti diz que o Reino Unido, por exemplo, tem quase obsessão com esse tipo de cálculo.

Segundo Martin Weale, economista no King's College, em Londres, a economia potencial com o fato de o Reino Unido ter acelerado seu programa de compra de doses e a vacinação pode ser estimada em cerca de 300 bilhões de libras (R$ 2,1 trilhões) ao ano, já descontado o gasto com todo o processo de imunização.

O total leva em conta não só a perda potencial de 220 bilhões de libras (R$ 1,6 trilhão) em termos de PI B causada pelo abre e fecha da economia, mas as vidas e gastos adicionais poupados pelos sistemas de saúde e educação.

Para acelerar a vacinação, o Reino Unido pagou US$ 37 por dose da Moderna, embora tenha limitado essa compra a 17 milhões de unidades.

Para Benedie Ippolito, pesquisador especializado em preços de medicamentos no American Enterprise Institute, em Washington, "o custo das vacinas é muito pequeno em relação ao potencial contra factual [o estrago econômico causado por lockdowns]". "É como dar de ombros e dizer 'OK, esse preço pode estar alto. Mas essa é uma pandemia única e podemos lidar com a questão dos valores depois!'

Israel informou ter pago há muitos meses US$ 23,50, em média, por imunizantes da Pfizer e da Moderna e já vacinou cerca de 60% da população com duas doses.

Os israelenses estimam que o investimento nas vacinas equivale às perdas potenciais de dois dias de lockdown.

Em 2021, as vendas de vacinas e medicamentos para a Covid-19 devem acrescentar receitas de pelo menos US$ 70 bilhões aos laboratórios globais, segundo a consultoria norte-americana Momingstar. Normalmente, eles já faturam US$ 60 bilhões com vacinas.

Embora os laboratórios tenham procurado manter sob sigilo valores pagos por governos pelos imunizantes, muitos preços "vazaram" via autoridades de países compradores ou em declarações de executivos das farmacêuticas.

Na União Europeia, parte dos valores foi divulgada em dezembro em um tuite que depois foi apagado da secretária de Orçamento e Proteção ao Consumidor da Bélgica, Eva De Blecker.

O ex-primeiro-ministro búlgaro Boiko Borisov também tornou públicos alguns preços pagos pelos 27 países do bloco, assim como o jornal espanhol La Vanguardia, que revelou contrato com o valor de US$ 18,60 por dose da vacina da Pfizer.

Nos EUA, em conferência com o Bank of America, foi o próprio CFO da Pfizer, Frank D"Amelio, quem abriu o valor de US$ 19,50 por dose cobrado dos americanos. Ele citou o preço comparando-o ao que seria o adequado "em tempos normais" -US$ 150 a US$ 175 a dose, segundo ele.

Nos EUA, as farmacêuticas cobram entre US$ 17 e US$ 26 por dose de vacinas anuais contra a gripe, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças.

Questionada, a Pfizer no Brasil diz que trabalha com "abordagem de preços diferenciados" para garantir que países tenham acesso ao imunizante. A farmacêutica diz manter o mesmo posicionamento desde as primeiras negociações. "Aqueles com menor capacidade de pagar pela vacina pagarão um preço mais banco, de acordo com os recursos de seu governo, enquanto os que podem pagar mais deverão fazê-lo".

Entre todos os imunizantes aplicados no mundo, o da AstraZeneca, produzido no Brasil pela Fiocruz, é, de longe, o mais barato, com preços entre US$ 2,15 e US$ 4 por dose. No Brasil, o valor é de US$ 3,16. Desde o início, a AstraZeneca disse não visar lucro na fabricação e comercialização da vacina desenvolvida em parceria com a Universidade de Oxford.

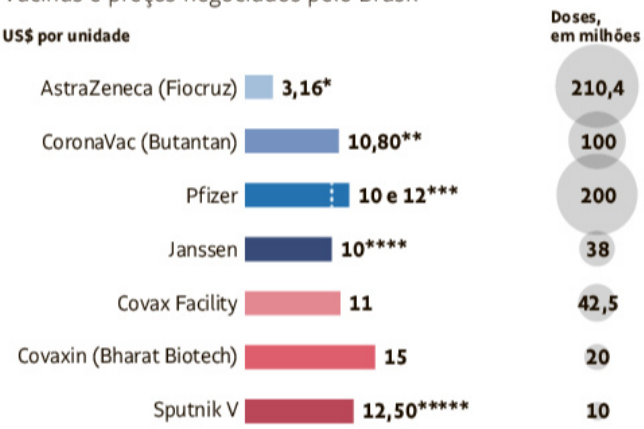
Apesar da recusa inicial do governo Bolsonaro em relação à Pfizer, o Ministério da Saúde prevê a compra neste ano de praticamente a mesma quantidade de doses do laboratório americano e da AstraZeneca (200 milhões e 210,4 milhões, respectivamente).

As quantidades e os preços adquiridos pelo Brasil foram obtidos em contratos públicos do Ministério da Saúde e declarações de autoridades na CPI da Covid. Parte dos valores também foi divulgada pelos fornecedores -como da Fiocruz- ou obtidos por meio de outros documentos da pasta.

Site: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/

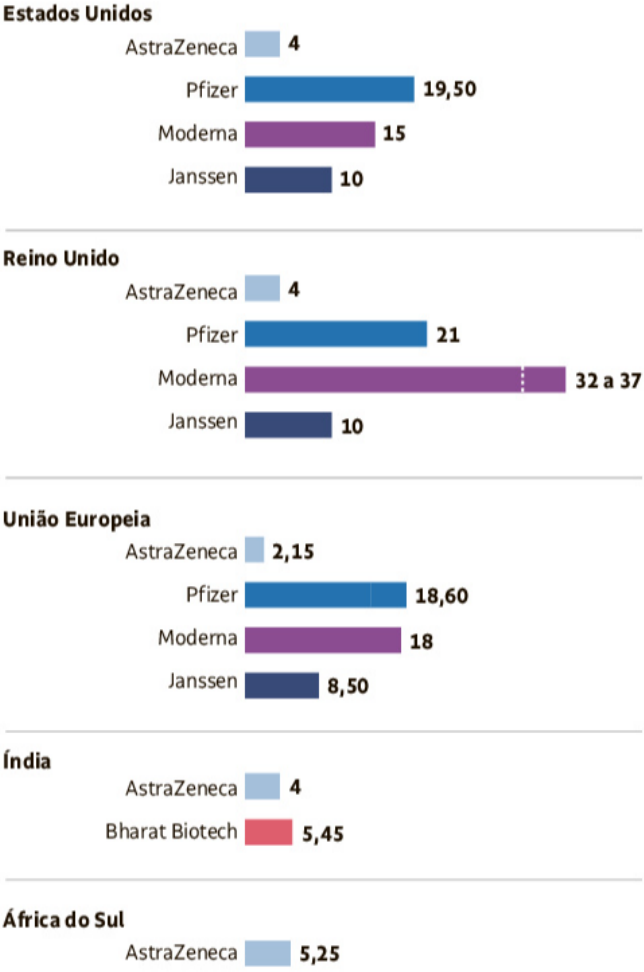
Vacinas no Brasil e no mundo

Vacinas e preços negociados pelo Brasil



Preços de vacinas pelo mundo

US$ por unidade



*Preço do primeiro lote de 100,4 milhões de doses
**Na época dos contratos, valor equivalia a R$ 58,20 por dose, com dólar entre R$ 5,37 e R$ 5,41
***US$ 10 para 100 mi e US$ 12 para 100 mi
**** Valor inicial, com possibilidade de revisão
***** Na negociação, valor equivalia a R$ 69,36 por dose, com dólar a R$ 5,55
Fonte: Ministério da Saúde, Belgium's Budget Office, Pfizer/FiercePharma, ONU/Unicef, BMJ e BioSpace

Entre a euforia e a fome (3)

Com menos carne no prato e mais lucros na bolsa de valores, o tema dos "dois brasis" ganha uma versão atualizada. Já não se trata apenas da diferença entre regiões mais e menos desenvolvidas, mas do contraste agora acentuado entre duas populações, uma ainda bafejada pelos ventos da prosperidade e outra condenada a batalhar, no dia a dia, por uma sobrevivência muito difícil.

Diante de recordes seguidos no mercado de ações, especialistas preveem o Ibovespa em 145 mil pontos até o fim do ano, com elevação de 22% em 12 meses. Enquanto isso, milhões dependem de campanhas de solidariedade para escapar da fome, embora as feiras e supermercados tenham comida mais que suficiente para alimentar todos os brasileiros.

A alimentação é o mais feio indicador dos problemas de milhões de famílias. O consumo de carne por habitante deve ficar em 26,4 quilos neste ano, segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura. Será o menor volume da série iniciada em 1996. A queda fica mais impressionante quando se toma como referência a média de 2013, pico da série: 96,7 quilos por pessoa.

Mas a carne menos acessível é apenas um símbolo do empobrecimento. A pobreza vem aumentando há anos, especialmente a partir da recessão de 2015-2016, mas o quadro piorou desde o ano passado, quando chegou a pandemia.

Apesar do baixo consumo, a **inflação** subiu e combinou- se de forma desastrosa com o desemprego.

O preço da carne aumentou 35,7% em 12 meses, segundo a última prévia da **inflação**, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - 15 (IPCA-15). O encarecimento geral do item alimentação e bebidas foi menor (12,2%), mas também essa taxa é muito alta. Além disso, esse dado é uma média. Os componentes são bem piores. O caso da carne é um exemplo expressivo, mas há outros números assustadores. Os preços de óleos e gorduras aumentaram 53,9% nesse período. O item cereais, leguminosas e oleaginosas, incluídos arroz e feijão, encareceu 40,8%. Os preços de leite e derivados subiram 11,3%.

Como outros bens e serviços essenciais também ficaram menos acessíveis, a composição dos gastos ficou mais complicada. Gasta-se energia para cozinhar arroz e feijão.

Em 12 meses o item combustíveis de uso doméstico ficou 21,1% mais caro. O principal componente desse grupo é, obviamente, o gás. Também a eletricidade é básica. A tarifa residencial subiu 8%.

A **inflação** foi em grande parte alimentada pelas cotações externas de alimentos, minerais metálicos e petróleo. Essas cotações, puxadas principalmente pela recuperação chinesa, renderam bons ganhos aos exportadores brasileiros. Mas afetaram os preços cobrados em supermercados e feiras. Além disso, a **inflação** brasileira foi também turbinada pela alta do dólar, consequência das palavras e atos irresponsáveis do presidente Jair Bolsonaro.

Somada à irresponsabilidade presidencial, a condução precária da política econômica tem favorecido a insegurança nos mercados, o fraco desempenho da indústria de transformação e o prolongamento de altas taxas de desemprego.

A desocupação chegou no primeiro trimestre a 14,7% da força de trabalho, com 14,8 milhões de desempregados e, num balanço mais amplo, 33,2 milhões de pessoas subutilizadas. Sem **inflação**, esses números já indicariam claramente um desastre social. Mas a **inflação**, além de já ter infernizado a maioria das famílias desde o ano passado, continua acelerada e poderá estourar neste ano o limite de tolerância de 5,25%.

Medidas claras, sensatas e bem coordenadas de combate à pandemia, em nível nacional, poderiam ajudar a aceleração econômica e a criação de empregos. O País fechou o primeiro trimestre ainda com um recuo econômico de 3,8% acumulado em 12 meses. Mas nada autoriza a expectativa de um surto de sensatez, competência e responsabilidade na Presidência da República. No mercado financeiro, continuase a festejar a expansão de 1,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no período janeiro-março.

Milhões de famílias ainda esperam convite para essa festa.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Contingenciamento proibido de fundo paralisa até pesquisa sobre a covid-19

André Shalders / BRASÍLIA

Ao sancionar o Orçamento de 2021, em abril, o presidente Jair Bolsonaro desrespeitou uma lei aprovada semanas antes pelo Congresso e retirou R$ 5 bilhões que deveriam estar sendo usados hoje para financiar a ciência e a tecnologia no Brasil, incluindo pesquisas sobre a covid- 19. O dinheiro está atualmente na "reserva de contingência" - isto é, guardado para ajudar o governo a atingir a meta de resultado primário.

O Ministério da Economia admitiu ao Estadão que o dinheiro está contingenciado e a verba será liberada, mas não deu prazo.

Mesmo com a liberação do dinheiro retido, o orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) será o menor dos últimos cinco anos, em valores corrigidos. A pasta terá à disposição pouco mais de R$ 12 milhões. As informações foram compiladas pela ONG Contas Abertas e confirmadas pela reportagem. Na ponta, a falta de dinheiro significa que diversos projetos de pesquisa, inclusive sobre a covid-19, ficaram sem financiamento.

A verba retida é do Fundo de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT), uma reserva criada para financiar projetos de pesquisa. Nos últimos anos e ao longo de diferentes governos, esse fundo viu a maior parte de seus recursos serem alocados na "reserva de contingência". Em julho passado, várias entidades da área se juntaram numa campanha para mudar a situação. O movimento resultou na aprovação de uma lei complementar que proibiu o Executivo de colocar dinheiro na "reserva de contingência", a Lei Complementar 177. Quase um mês depois, porém, Bolsonaro ignorou a nova lei e sancionou o Orçamento com os R$ 5 bilhões retidos.

O presidente até tentou evitar a obrigação do financiamento de pesquisas: vetou o artigo da nova lei que impedia a alocação do dinheiro na reserva. O veto, porém, foi derrubado pelo Congresso em 17 de março. Foram 457 votos na Câmara e 72 no Senado, e a nova legislação foi promulgada em 26 de março.

Ao sancionar o Orçamento em 22 de abril com o dinheiro retido, Bolsonaro cometeu uma ilegalidade, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão.

Análise técnica. "Se nós olharmos para a cronologia, este item do Orçamento (os R$ 5 bilhões em reserva de contingência) é ilegal. E o Executivo vai ter de resolver ao longo do ano. Se a pergunta é se tem crime de responsabilidade (por parte do presidente da República), isso é algo que envolve um juízo político.

Mas, do ponto de vista técnico, existe uma ilegalidade nesta rubrica orçamentária, e o governo vem sinalizando que vai tentar resolver ao longo do exercício financeiro", diz o consultor de Orçamento do Senado Federal Leonardo Ribeiro.

Fundador e secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castelo Branco diz que o bloqueio dos recursos é ilegal. "O (Ministério da) Economia tem de explicar como fará, porque da forma como está é ilegal. Até porque o Orçamento foi sancionado depois da lei", diz o economista.

"Num momento em que tanto se fala sobre a importância da ciência, o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia é o pior dos últimos anos.

E a liberação dos recursos do fundo, sobre a qual havia grande expectativa, acabou não acontecendo. Pelo menos até agora", disse ele.

Procurado para comentar especificamente sobre a ilegalidade, o Ministério da Economia pediu dois dias para responder e, quando finalmente se posicionou, respondeu que caberia ao Palácio do Planalto se explicar.

A assessoria do Palácio não respondeu.

Ao longo do mês de maio, o governo passou a trabalhar para liberar pelo menos parte do dinheiro - que todavia ainda não chegou aos pesquisadores.

"O valor previsto para a reserva de contingência do Fundo na LOA, R$ 5.048.620.005,00, precisará ser incorporado às demais programações da unidade (FNDCT)", admitiu o Ministério da Economia, em nota.

Segundo a pasta, a liberação dos recursos foi aprovada em uma reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), no dia 5 de maio.

Recentemente, o governo enviou ao Congresso dois projetos de lei (PLNs 06 e 08 de 2021), liberando parte do dinheiro, no total de R$ 2,3 bilhões.

A maior parte da verba (R$ 1,88 bilhão) foi alocada para o financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas privadas - um dos tipos de fomento a que se destina o FNDCT. O restante (R$ 415 milhões) vai financiar os testes clínicos de vacinas nacionais contra a covid-19. Entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pressionaram pela liberação dos recursos.

Sobre os R$ 2,7 bilhões restantes ainda não há definição: o Ministério da Economia diz estar esperando o Ministério da Ciência e Tecnologia decidir onde colocará os recursos. Também é preciso definir os cortes que serão feitos no Ministério da Ciência e Tecnologia ou em outras pastas, de modo a respeitar as limitações do Teto de Gastos, diz a Economia.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) é o autor do projeto que resultou na lei proibindo o contingenciamento dos recursos.

"Hoje, está na ilegalidade.

Já deveria ter colocado o recurso.

Até porque o FNDCT foi transformado num fundo financeiro (pela lei). Então, os rendimentos têm de ser revertidos para a ciência e tecnologia (...).

Os PLNs que foram aprovados deveriam conter o valor integral.

Vão ter (o governo) de fazer o ajuste disso", disse.

Sem financiamento. Enquanto os ministros Paulo Guedes (Economia) e Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) decidem como liberar o dinheiro, pesquisadores sofrem com a falta de recursos. A restrição financeira impede projetos de irem adiante; dificulta a formação de novos cientistas; e desestimula aqueles que pretendem seguir carreira científica, segundo pesquisadores.

A geneticista Mayana Zatz é uma das principais cientistas em sua área no País, com vários prêmios nacionais e internacionais e centenas de artigos publicados em revistas científicas estrangeiras.

Ela conta como a falta de recursos para a ciência e a tecnologia afeta até pesquisas sobre a covid-19. "Nós tínhamos um projeto enorme, aprovado desde o ano passado, para entender melhor a parte genômica das pessoas infectadas pela doença, e o dinheiro não foi liberado", diz ela. O objetivo da pesquisa era entender como a covid-19 altera a expressão de certos genes nos doentes, o que poderia ajudar inclusive em possíveis tratamentos.

O projeto foi encomendado pelo Ministério da Saúde e seria financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - mais de dois terços dos recursos do CNPq vêm do FNDCT. Três centros de pesquisa seriam mobilizados pelo projeto, que acabou não saindo do papel. "É de alto interesse.

Não estávamos querendo estudar a cor da asa da borboleta", diz Mayana Zatz.

A dotação inicial total do Ministério da Ciência e Tecnologia como um todo é de R$ 12,37 milhões em 2021, sem considerar bloqueios. Em valores corrigidos pela **inflação**, é o menor montante desde 2016, quando a verba foi de R$ 12,27 milhões.

Com exceção de 2016, é o pior orçamento desde pelo menos 2008, segundo levantamento elaborado pela ONG Contas Abertas. Além dos R$ 5 bilhões da reserva de contingência do fundo, o Ministério teve R$ 373 milhões congelados - isto é, recursos que estão retidos no momento, mas que podem ser liberados ao longo do ano por decisão do Ministério da Economia.

Nos últimos anos, diferentes governos também adotaram a prática de liberar para o FNDCT um limite orçamentário menor que a arrecadação do próprio, cujas verbas vêm dos royalties da produção de petróleo e gás natural e de contribuições de empresas da área de energia elétrica. Segundo Gil Castelo Branco, quando a Lei Orçamentária traz um limite menor que a arrecadação, o dinheiro excedente acaba ficando parado.

Renan Vinícius da Silva, de 24 anos, é mestrando em Farmacologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa dele é sobre o chamado "reposicionamento" de drogas para combate à covid-19 - ou seja, procura medicamentos que possam ser

efetivos contra a doença. "Minha linha de pesquisa teve de ser adaptada. Ao invés de ser feita em cultura de células (humanas), in vitro, passou a ser "in silico" (no computador)", conta ele. "Meu laboratório está com algumas dificuldades de financiamento. Não só o meu, mas vários outros. O meu projeto foi mudado para "in silico" não só por causa da pandemia, mas também por falta de recursos."

Ilegalidade

"Se nós olharmos para a cronologia, este item do Orçamento (os R$ 5 bilhões em reserva de contingência) é ilegal. E o Executivo vai ter de resolver ao longo do ano. Se a pergunta é se tem crime de responsabilidade (por parte do presidente da República), isso é algo que envolve um juízo político.

Mas, do ponto de vista técnico, existe uma ilegalidade nesta rubrica orçamentária, e o governo vem sinalizando que vai tentar resolver ao longo do exercício financeiro." Leonardo Ribeiro CONSULTOR DE ORÇAMENTO DO SENADO FEDERAL

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Acelerar vacinação salvará vidas e apoiará retomada (3)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186909?page=1&section=1